

GOVERNO LULA III: COM QUAL EDUCAÇÃO VAMOS SUPERAR O NEOFASCISMO?



BOLETIM ESPECIAL PARA A 178ª PLENA | fevereiro/2023

Acesse a versão completa deste boletim e venha construir o nosso movimento: <https://forms.gle/xNuAwS7jFHU9bjNy9>

mepsinasefe@gmail.com | youtube.com/c/MEPSINASEFE

A crise do capitalismo brasileiro é profunda e se expressa de várias formas: temos visto ao longo dos últimos anos a ascensão de um fascismo com base popular, tentativas de extermínio de comunidades indígenas e quilombolas, criminalização da pobreza, aumento da fome e desigualdades sociais e a superexploração da classe trabalhadora. As contrarreformas avançaram muito, e a agenda prevista no documento “Uma ponte para o Futuro” está quase completa. Os processos de desmonte do estado, através do sucateamento e das privatizações, têm caminhado a passos largos.

Nesta conjuntura, a eleição presidencial marcou uma vitória contra a transição autoritária e a barbárie social e um amplo movimento político enfrentou o autoritarismo, as violências e a precarização da sociedade, elegendo Luiz Inácio Lula da Silva, em uma importante vitória no dia 30 de outubro de 2022. **E se por um lado o governo Lula representa a vitória de uma Frente Ampla hegemônica pelos interesses de setores da burguesia, com sua “espinha dorsal” (Ministérios da Economia e de Infraestrutura sendo compostas ministros de viés liberal e de direita), por outro lado é inegável que esta nova correlação de forças abre espaço para as lutas, num cenário de maiores liberdades democráticas.**

O Movimento por uma Escola Popular (MEP) entende que é a educação pública, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada, integral e laica, ao lado de direitos assegurados e das condições dignas de trabalho e salário, que compõe um caminho necessário para significar socialmente a democracia política, uma das precondições necessárias para a superação das referidas transição e barbárie, expressas nas violências cotidianas, no ultraconservadorismo, no obscurantismo neofascista e na tirania do “mercado”. **Por isso, acompanhamos com preocupação as escolhas do novo Ministério da Educação: desde a composição do Grupo de Trabalho da Educação, na fase de transição, e posteriormente na efetiva composição do MEC, a opção tem sido a de realizar diálogo e se orientar pelos setores que patrocinam projetos de educação inspirados pelos critérios da meritocracia, da competição e das metas, submetendo a educação aos critérios da economia de serviços e aos interesses do “mercado”.** Tais setores promovem uma educação calcada no domínio das competências e habilidades, em uma visão reduzida da educação e da sua qualidade, de matriz instrumental e adaptativa, assentada no individualismo de viés meritocrático e competitivo. Aliás, são os setores que, no âmbito da conjuntura do Golpe e do governo que dele emergiu, conduziram a reforma do ensino médio, e que, no atual governo, estão empenhados em assegurar sua continuidade e o seu aprofundamento.

De todos estes temas, atualmente a pauta do reajuste salarial é a que mais tem mobilizado a categoria, por finalmente vislumbrarmos uma possibilidade real de amenizarmos as perdas salariais dos últimos anos. Mas ainda que tenhamos uma mesa de negociação aberta, devemos lembrar sempre que, se as negociações não avançam, a greve é nosso instrumento de luta!

No SINASEFE, o MEP defende que a conquista de nossos direitos somente virá através de nossa mobilização e organização. É fundamental pressionar o governo desde a base pela construção de um Programa Emergencial para os Servidores Públicos Federais e para a Educação Profissional e Tecnológica, que abranja:

- **A recomposição do orçamento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica com base ao ano de referência de 2015 (valor por aluno);**
- **Reajuste salarial garantindo a recomposição das perdas salariais, com índices de reajustes diferenciados de acordo com as perdas de cada segmento da nossa categoria DESDE o ano 2010 com base no estudo do DIEESE encomendado pelo SINASEFE;**
- **Regulamentar a DATA-BASE em 1º de maio;**
- **Regulamentar a RSC para os TAEs;**
- **Reajuste do auxílio alimentação, auxílio creche e auxílio saúde;**
- **Jornada de trabalho de 30 horas para todos os TAEs;**
- **Abertura de novos concursos públicos;**
- **Revogação da Reforma do Ensino Médio;**
- **Retirada do Projeto Future-se de tramitação;**
- **Revogação da Portaria 983;**
- **Revogação do Ponto Eletrônico;**
- **Revogação da Portaria 10.723;**
- **Revogação da IN 54 (corte de ponto na greve);**
- **Revogação da CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, e retomada e reformulação da CNE/CP nº 2, de julho de 2015.**

LUTAR, CRIAR,
ESCOLA POPULAR!